

Artº 2º: Esta lei entrará em vigor no data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade em 8 de Maio de 1956

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria Municipal em 9 de Maio de 1956

Secretario Contador

Lei nº 259 de 8 de Maio de 1956.

Que dispõe sobre isenção de impostos os hotéis que se instalarem na sede do Município, dentro de um ano.

Wilson de Souza Lopes, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas por Lei:

Faco saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artº 1º Ficam isentos de todos os impostos municipais, os hotéis que se instalarem na sede do Município de conformidade com esta lei.

a) Os que sejam construídos no prazo de um ano a contar do data da promulgação desta Lei.

b) Que sejam instalados em prédios construídos para tal fim.

c) Que sejam dotados das mais modernas instalações.

Artº 2º A isenção dos impostos serão concedidos.

- a) Por cinco anos às instalações cujo capital social seja igual ou superior a Cr\$ 800,000,00 (oitocentos mil cruzeiros).
b) Por oito anos às instalações cujo capital social seja igual ou superior a Cr\$ 1.000,000,00 (um milhão de cruzeiros).

Artº 3º: Os favores da isenção concedidos por esta lei, também se aplicarão a quaisquer novos impostos que venham a ser lançados pelo município durante a vigência da mesma.

Artº 4º: Os hotéis que requererem os benefícios desta lei, serão concedidos, sem prejuízo da isenção definitiva prevista no artº 2º, uma isenção inicial, a título precário, pelo prazo máximo de um ano, para que possam se instalar e iniciar suas atividades.

Artº 5º: Os prazos da isenção definitiva, estipulados no tabelão do artigo 2º, começarão a correr depois de esgotada a isenção provisória, prevista no artigo anterior, ou quando iniciar-se o trabalho comercial se isto se verificar antes de transcorrido o prazo de um ano da citada isenção inicial.

Artº 6º: Os benefícios que forem concedidos na conformidade desta lei, poderão ser transferidos aos sucessores do concessionário, mediante requerimento ao Prefeito Municipal, apresentados durante o mesmo exercício em que se realizar a transferência do hotel, entendendo-se que a isenção continuará pelo tempo restante a contar do início de sua concessão.

Artº 7º: As isenções serão concedidas através de termo especial lavrado com força de contrato

[Assinatura]

na Diretoria Administrativa Municipal.

Artº 8º: Para os hotéis cuja instalação seja de excepcional interesse para o município, a critério da Comissão Municipal nomeada para tal fim, e mediante representação desta, a Municipalidade estudará a desapropriação do imóvel adequado à sua instalação.

§ 1º: O imóvel desapropriado nesta hipótese, será cedido ao interessado pelo valor da desapropriação.

Artº 9º: A Prefeitura Municipal cooperará, no limite das suas atribuições com os estabelecimentos beneficiados por esta Lei, no sentido de obter das organizações ou estabelecimentos públicos para-estatais, autarquias e empregos de serviços públicos as soluções adequadas à resolução dos problemas atinentes à instalação e ao funcionamento.

Artº 10º: Os candidatos aos benefícios desta Lei deverão apresentar os seus pedidos em requerimento ao Prefeito Municipal, instruído com os seguintes documentos:

- a) Prova da organização legal da firma, empresa ou sociedade;
- b) Prova de Capital Social;
- c) Outros documentos possíveis capazes de justificar os pedidos e aqueles que forem julgados necessários pela Comissão Municipal.

§ Único: Da decisão do Prefeito ou da Comissão Especial caberá pedido de reconsideração ao Prefeito Municipal, mediante a apresentação de novos esclarecimentos.

Artº 11: A isenção somente se efetivará por despacho do Prefeito, após a necessária vitória.

Artº 12: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade em 8 de Maio de 1956

O Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Secretoria Municipal em 9 de Maio de 1956

Pelo Secretário Contador

Amatena

Lei nº 260 de 16 de Maio de 1956

Que dispõe sobre concessão de auxílio ao Am. Cherubim Bueno de Camargo para sua viagem de estudos ao Japão

Wilson de Souza Lopes, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas por Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedido ao Professor Cherubim Bueno de Camargo, um auxílio de Cr. \$10.000,00 (dez mil cruzeiros), para sua viagem de estudos ao Japão.

Artigo 2º - Fica aberto no Contadoria Municipal, um crédito de Cr. \$10.000,00 (dez mil cruzeiros).

E ainda - O presente crédito será coberto pelo anuloção parcial do item III e total do item VII, do artigo 4º da Lei nº 246, de 22 de